

POLÍTICAS MERITOCRÁTAS DE RESPONSABILIZAÇÃO EDUCACIONAL: A TRAJETÓRIA DA BONIFICAÇÃO POR RESULTADOS EM SÃO PAULO

Eduardo Guimarães Mielo, Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP/Marília),
eduardo.mielo@unesp.br

Cláudia Pereira de Pádua Sabia, Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP/Marília),
claudia.sabia@unesp.br

O estado de São Paulo desenvolveu uma avaliação de larga escala para toda a rede estadual com o objetivo de estabelecer indicadores de qualidade na Educação Básica. O Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar de São Paulo (SARESP) foi criado em 1996 para atender à demanda da Secretaria da Educação do Estado (SEE) por uma política de avaliação. Bauer (2012) destaca a principal questão levantada pelos profissionais da educação: de que forma o SARESP poderia contribuir para a formação de professores? Como os resultados desse indicador poderiam ser utilizados para incentivar e planejar programas de formação docente?

O Documento de Implementação do SARESP indicava que a eficiência na prestação de serviços educacionais estava associada à melhoria da qualidade do ensino, fundamentada na descentralização da administração escolar, na redistribuição de recursos educacionais e na maneira como o governo estadual e as escolas tomariam decisões. Assim, esses indicadores serviriam como base para reorientar a proposta pedagógica em cada nível e definir metas para os projetos das escolas. Entretanto, essa avaliação de larga escala a nível estadual vem sendo utilizada como um instrumento de responsabilização educacional, que traz como consequência a culpabilização e/ou premiação de professores, gestores e escolas a partir dos resultados obtidos. Para Schneider e Nardi (2019), as políticas de accountability tem como objetivo garantir a convergência entre os padrões curriculares e o desempenho dos estudantes, estabelecendo normativamente uma base curricular comum que abrange todos os alunos.

Ao considerar os apontamentos destacados, este trabalho tem como objetivo examinar a nova resolução da Seduc, que atualiza a bonificação por resultados em São Paulo a partir de metas pré-estabelecidas pelo IDESP. A necessidade de atingir critérios estabelecidos através de avaliações de larga escala para garantir um adicional salarial para os trabalhadores das redes educacionais reforça o uso de indicadores gerados através de avaliações externas como único instrumento para quantificar a qualidade de educação oferecida. Esta perspectiva reducionista foca nos resultados obtidos nas disciplinas, especialmente português e matemática, e

desconsidera outras finalidades da escola para além da dimensão cognitiva a que os estudantes têm direito.

Nessa ótica, Sordi (2017) apresenta as consequências dessas políticas de responsabilização através da busca obsessiva no atingimento de resultados de avaliações que são utilizadas como medidores da qualidade da educação: a culpabilização dos professores pelo fracasso na obtenção dos índices e no ensino de generalidades para os estudantes. Esse segundo ponto, é destacado pela autora no que acarreta na “redução de oportunidades de aprendizagens ampliadas orientadas por uma matriz de formação humana cujo centro situam-se os valores da solidariedade, da justiça social e da cidadania” (Sordi, p. 89, 2017)

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com a utilização de pesquisa bibliográfica e documental. Para a etapa bibliográfica, a plataforma empregada para a seleção da literatura de apoio à discussão da temática foi o Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr). Os descritores principais utilizados nas buscas teóricas incluem os termos “accountability”, “responsabilização educacional”, “São Paulo” e “paulista”, que são combinados com operadores lógicos como “AND” e “OR” para refinar e direcionar os resultados da pesquisa.

A literatura selecionada auxilia no diálogo sobre o tema e embasa a discussão da documentação analisada, que tem como base a busca, leitura e descrição das legislações, decretos, resoluções, portarias disponíveis sobre as avaliações em larga escala, como também o uso de seus resultados como fomentadores das políticas de bonificação e supostas punições aplicáveis ao não atingimento dos padrões pré-estabelecidos em São Paulo. Para esse estudo, debruça-se sobre as políticas de accountability (Bauer, 2012; 2017; Jacomini *et al.*, 2021), bem como os efeitos desse sistema de responsabilização (Capocchi, 2017; Rodrigues, 2020; Filipe, 2021) e quais são as consequências para a qualidade da educação pública paulista.

Na tentativa de promover uma suposta melhoria na educação, a bonificação salarial para professores do estado de São Paulo foi regulamentada pela Lei Complementar nº 1.078 em 2008 (São Paulo, 2008). A legislação determinava que os resultados obtidos pelas escolas seriam valorizados por meio do pagamento de um adicional financeiro aos docentes, com o objetivo declarado de promover a “melhoria e aprimoramento da qualidade do ensino público”. Contudo, os documentos oficiais não explicavam como os resultados do SARESP estavam teoricamente relacionados ao aprendizado dos alunos. Para os educadores, esse modelo de avaliação configurava uma forma de regulação e controle sobre o que era ensinado e aprendido nas escolas, evidenciando as fragilidades de um sistema que atribuía ao corpo docente a responsabilidade exclusiva pelo desempenho dos estudantes.

Mais recentemente, o governo do estado estabelece uma atualização na lei de bonificação a partir da Resolução SEDUC nº 48, de 10-07- 2024 e propõe a Resolução Conjunta CC/SGGD/SFP-4, de 13-07-2024, fixando assim os valores do IDESP para as metas ouro e diamante, bem como as porcentagens do Índice de Frequência do Aluno (IFA) e Taxa de Participação no Saresp (TPS). O cálculo da bonificação é composto pela multiplicação do percentual a ser aplicado sobre o somatório da retribuição mensal no período de avaliação (P), a retribuição pecuniária mensal efetivamente percebida em caráter permanente pelo servidor durante o período de avaliação (RM), a relação percentual entre os dias em que o servidor exerceu regularmente suas funções durante o período de avaliação (DEPA) e o índice de cumprimento de metas (ICM) (São Paulo, 2024). O ICM enuncia também que cálculo será feito com base nas notas de estudantes de todas as séries e disciplinas, ou seja, a apuração dos resultados será proporcional à carga horária de cada professor em cada disciplina.

Em relação ao ICM de cada unidade escolar, ele é calculado pela multiplicação do ICM_{IDESP} , obtido pela comparação entre o resultado do IDESP/2023 apurado por unidade escolar e os valores do IDESP fixados como Meta Ouro e Meta Diamante de cada unidade escolar, o ICM_{IFA} e o ICM_{TPS} , nos quais podem ser zerados caso a unidade escolar não atinja a meta IFA fixada ou o indicador TPS for inferior a 80,0%, respectivamente. A consequência é a ausência da bonificação ao corpo docente e administrativo das unidades escolares, mesmo que a meta tenha sido atingida. A demonstração desses índices como quantificadores da qualidade da educação introduz a noção de métrica por resultados e desconsidera outros aspectos de uma educação de qualidade, tal como o trabalho dos professores, a infraestrutura da escola e a educação como uma ferramenta social.

Como considerações finais, apresentamos que a política de responsabilização docente, através de bonificações é um processo unilateral e verticalizado que desconsidera as condições objetivas que o Estado tem obrigação e não tem sido responsabilizado pelo seu não oferecimento. Recorremos ainda a Freitas (2013) e Calderón e Oliveira Júnior (2020) ao enfatizar que as políticas de accountability que antecedem as do sistema brasileiro – e neste caso, paulista – foram prejudiciais aos sistemas de educação de outros países. Propor a melhoria da qualidade da educação paulista por meio das políticas de bonificação docente, bonificações para as escolas, hipervalorização as premiações de alunos, as classificações e o ranqueamento tem se apresentado como uma política gerencialista e controladora. Finalizamos com Rodrigues (2020, p.263) "A percepção dos professores mostrou profunda discordância com os critérios utilizados na formulação do bônus e também da Prova de Mérito e evidenciou uma das principais marcas da política: seu caráter injusto".

REFERÊNCIAS

- BAUER, A. É possível relacionar avaliação discente e formação de professores? A experiência de São Paulo. *Educação em Revista*, v. 28, n. 2, p. 61–82, jun. 2012.
- CALDERÓN, A. I.; JUNIOR, R. G. de O. . Sistema de avaliação e rendimento escolar do estado de São Paulo: uma abordagem na linha do tempo. *Pesquisa e Debate em Educação*, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 62–77, 2020.
- FREITAS, L. C. DE. Políticas de responsabilização: entre a falta de evidência e a ética. *Cadernos de Pesquisa*, v. 43, n. 148, p. 348–365, jan. 2013.
- RODRIGUES, J. D. Z. *Gerencialismo e responsabilização: repercussões para o trabalho docente*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020
- SÃO PAULO. Resolução Seduc nº 48, de 10-07-2024 – Estabelece normas relativas à Bonificação por Resultados - BR, instituída pela Lei Complementar nº 1.361, de 21-10-2021.
- SÃO PAULO. Assembleia Legislativa Do Estado De São Paulo. Lei Complementar n. 1.078, de 17-12-2008. Institui Bonificação por Resultados - BR, no âmbito da Secretaria da Educação.
- SCHNEIDER, M. P.; NARDI, E. L. *Políticas de accountability em educação: perspectivas sobre avaliação, prestação de contas e responsabilização*. Ijuí: Editora Unijuí, 2019. 120 p
- SORDI, M. R. L. A qualidade social da escola pública em confronto com a lógica dos reformadores empresariais. In: SORDI, M. R. L.; VARANI, A.; MENDES, G. S. C. V. (Orgs.) *Qualidade(s) da Escola Pública – Reinventando a avaliação como Resistência*. Uberlândia: Navegando, 2017, p.83-100.